

**EXPLORANDO O MULTICULTURALISMO:  
COMPREENDENDO AS DINÂMICAS SOCIAIS  
E CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS**

*Jéssica Gralato* (CEJA-Magé)  
[jessicagralato@gmail.com](mailto:jessicagralato@gmail.com)

**RESUMO**

O artigo analisa o papel do multiculturalismo na compreensão das sociedades contemporâneas, destacando duas abordagens: o multiculturalismo folclórico e o multiculturalismo crítico. Enquanto o primeiro simplifica e celebra diferenças culturais de forma superficial, o segundo propõe uma abordagem mais profunda, desafiando estereótipos e revelando a complexidade das identidades. A importância de compreender as diferenças de forma reflexiva é ressaltada como fundamental para promover uma sociedade inclusiva e justa. O texto também aborda a construção das identidades e diferenças, destacando a visão descentrada do multiculturalismo crítico, que reconhece a pluralidade identitária e busca interpretar as identidades como construções múltiplas e plurais. Em última análise, o artigo enfatiza a necessidade de adotar uma perspectiva crítica do multiculturalismo para desafiar preconceitos e promover a inclusão social.

**Palavras-chave:**

Diversidade. Identidade. Multiculturalismo.

**ABSTRACT**

The article examines the role of multiculturalism in understanding contemporary societies, highlighting two approaches: folkloric multiculturalism and critical multiculturalism. While the former simplifies and superficially celebrates cultural differences, the latter proposes a deeper approach, challenging stereotypes and revealing the complexity of identities. The importance of understanding differences reflexively is emphasized as essential for promoting an inclusive and just society. The text also addresses the construction of identities and differences, highlighting the decentered view of critical multiculturalism, which recognizes plural identity and seeks to interpret identities as multiple and plural constructions. Ultimately, the article emphasizes the need to adopt a critical perspective of multiculturalism to challenge prejudices and promote social inclusion.

**Keywords:**

Diversity. Identity. Multiculturalism.

**1. *Explorando o multiculturalismo: entre o crítico e o folclórico***

As concepções de multiculturalismo desempenham um papel central na compreensão das dinâmicas sociais e culturais que permeiam as sociedades contemporâneas. Duas abordagens frequentemente debatidas

são o multiculturalismo folclórico e o multiculturalismo crítico. Enquanto o primeiro, muitas vezes adotado nas práticas educacionais, tende a celebrar as diferenças culturais de forma simplista e superficial, reduzindo a cultura a estereótipos e exotismo, o multiculturalismo crítico propõe uma abordagem mais aprofundada das identidades e diferenças, destacando as complexidades e desafios enfrentados por grupos marginalizados, desafiando estereótipos, revelando a diversidade e a riqueza cultural. Nessa perspectiva, compreender as diferenças culturais e as identidades de forma crítica e reflexiva é essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual todas as vozes sejam valorizadas e respeitadas; jamais marginalizadas e silenciadas.

### **1.1. Multiculturalismo: concepções**

O multiculturalismo é trazido à tona com bastante intensidade nos debates atuais devido à necessidade de se compreender a sociedade constituída por sujeitos portadores de identidades plurais, formadas por diversos marcadores identitários, tais como gênero, classe social, etnia, padrão linguístico e cultural, entre outros.

Conforme Maria José Albuquerque da Silva e Maria Rejane Lima Brandim (2008), o multiculturalismo

[...] se inicia em meados do século XX nos Estados Unidos e [...] se difunde no mundo ocidental como forma de enfrentamento dos conflitos gerados em função das questões econômicas, políticas, e, mormente, étnico-culturais, na tentativa de combater discriminações e preconceitos, haja vista as dificuldades de indivíduos e grupos de acolher e conviver com a pluralidade e as diferenças culturais. (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 52)

O multiculturalismo, apesar de ser um tema bastante atual, não é uma discussão recente. No século passado, já se configurava como um direito com a implantação da Constituição Federal Brasileira, em 05 de outubro de 1988, ao ser estabelecido, como um dos objetivos da República Federativa do Brasil, no artigo 3º, parágrafo IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 01).

Conforme Vera Maria Candau (2013),

Nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravidão, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do outro também se dão no plano das representações e do imaginário social. Nesse sentido, o debate

multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos construímos socioculturalmente, o que nos negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica. (CANDAUI, 2013, p. 17)

Isso posto, a multiculturalidade assume uma perspectiva democrática na qual surgem e eclodem novos questionamentos e reflexões sobre as relações sociais vigentes e os paradigmas presentes na sociedade brasileira. Para se compreender o multiculturalismo, faz-se necessário atentar para acontecimentos históricos e para os conceitos de cultura, identidade e diferença.

Para Silva e Brandim (2008),

[...] o multiculturalismo é uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado dos contextos das lutas dos grupos culturalmente oprimidos. Politicamente, o movimento reflete sobre a necessidade de redefinir conceitos como cidadania e democracia, relacionando-os à afirmação e à representação política das identidades culturais subordinadas. Como corpo teórico questiona os conhecimentos produzidos e transmitidos pelas instituições escolares, evidenciando etnocentrismos e estereótipos criados pelos grupos sociais dominantes, silenciadores de outras visões de mundo. Busca, ainda, construir e conquistar espaços para que essas vozes se manifestem, recuperando histórias e desafiando a lógica dos discursos culturais hegemônicos. Os estudos sobre os fenômenos culturais partem da necessidade de compreensão dos mecanismos de poder que regulam e autorizam certos discursos e outros não, contribuindo para fortalecer certas identidades culturais em detrimento de outras. (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 60-1)

O multiculturalismo é muito mais do que o simples reconhecimento da diversidade cultural vigente, visto que, segundo Vera Rudge Werneck (2008, p. 429), se trata de “(...) um movimento social que leva ao reconhecimento da diversidade das culturas e à investigação sobre as questões da identidade, dos direitos humanos, da exigência da tolerância entre os povos”.

### ***1.2. Perspectivas do Multiculturalismo: folclórico X crítico***

As perspectivas que envolvem o multiculturalismo, como aponta Ana Canen (2007), variam

[...] desde uma visão folclórica ou liberal (valorizadora da pluralidade cultural, porém reduzindo as estratégias de trabalho com a mesma a aspectos exóticos, folclóricos e pontuais, como receitas típicas, festas, dias especiais – dia do Índio, por exemplo), até perspectivas mais críticas (também chamado de multiculturalismo crítico ou perspectiva intercultural crítica, em

que os questionamentos da construção dos preconceitos e das diferenças é o foco do trabalho). (CANEN, 2007, p. 93)

Sendo assim, temos de um lado o multiculturalismo numa visão folclórica que, apesar de exaltar a pluralidade cultural e valorizar a diversidade, silencia as desigualdades sociais e a própria construção das diferenças, dos estereótipos e preconceitos; e, de outro lado, o multiculturalismo numa visão crítica que, numa perspectiva intercultural, busca questionar essas visões folclóricas, utilizando-se de reflexões da construção histórica sobre as relações de poder entre as diversificadas culturas, numa prática constante de análise das relações dos preconceitos, do racismo, das discriminações e da hierarquização cultural. Diante do exposto, fica nítido que o multiculturalismo pode abarcar desde um viés de exotismo e folclore até as perspectivas mais críticas de construção de diferenças, num desafio constante a estereótipos.

Há sim uma visão folclórica da diversidade que ignora as relações de poder e de ideologia. Tal perspectiva acaba por tratar a diferença apenas como um problema de aceitação cultural referente, quase que exclusivamente, ao ponto de vista psicológico e/ou biológico. Essa concepção acaba por reforçar, cada vez mais, a exclusão social que se pauta em uma visão reducionista da diversidade social. Os aspectos políticos, históricos e sociais, que constroem os discursos e que reforçam o silenciamento das identidades e a marginalização de grupos, são desconsiderados nessa percepção que trata a diversidade apenas como um dado folclórico, muitas vezes, reduzida a aspectos rituais como regionalismos, costumes, danças e culinária de povos diversos, não levando à reflexão da causa dos preconceitos; mas sim, sugerindo apenas a tolerância na convivência.

Com uma outra abordagem, o multiculturalismo crítico visa à denúncia e à reflexão sobre as causas de preconceitos e de atitudes discriminatórias, promovendo discussões sobre o tema da diversidade. Segundo Canen (2007, p. 93), “também tem sido tensionado por posturas pós-modernas e pós-coloniais” a identificar “na própria linguagem e na construção de discursos, as formas como as diferenças são construídas”. Em pleno século XXI, lastimavelmente, ainda é possível identificar discursos impregnados de palavras e expressões discriminatórias, cruéis e preconceituosas, bem como a persistência da visão e da ideologia colonial, masculina, branca, heterossexual e ocidental.

O Brasil continua sendo um país com imensas dificuldades para verdadeira e efetivamente reconhecer e valorizar as contribuições culturais dos diferentes grupos étnicos e sociais que o compõem. Para corroborar

essa afirmação, ressalto que, apesar de sermos um país multicultural, com centenas de línguas indígenas, o que prevalece é a hegemonia historicamente construída da língua portuguesa.

Segundo Flávia Ângela Zanin e Maria Dalla Vecchia Kaczmarek (2015, p. 6), é necessário reconhecer a sociedade como excludente, preconceituosa e racista para que se possa abrir espaço para o diálogo e até mesmo para a abolição de certos estereótipos “que materializaram-se ao longo da história a partir das diferenças, suficientes para causar hostilidade e dominação de uns sobre os outros”.

Para Nilma Lino Gomes (2007, p. 25), a inserção da diversidade nos currículos escolares implica a compreensão das causas políticas, econômicas e sociais presentes em fenômenos como etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia. A autora ainda acrescenta que falar sobre diversidade e diferença requer atitudes e posicionamentos contra os processos de colonização e dominação. Dessa forma, os sujeitos envolvidos serão conduzidos ao entendimento de que algumas diferenças foram naturalizadas, inferiorizadas, resultando em tratamentos desiguais e discriminatórios. Além disso, Gomes ressalta a extrema importância de se articular os saberes produzidos pelas diversas áreas de conhecimento com os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade, sem qualquer tipo de preconceito, incorporando-os, no interior da escola, ao currículo, aos livros didáticos, aos planos de aula e aos projetos pedagógicos.

## **2. Identidades e diferenças**

Ana Canen e Ângela M. A. de Oliveira (2002) relatam que

Da mesma forma, contrapondo-se à percepção moderna e iluminista da identidade como uma essência, estável e fixa, o multiculturalismo percebe-a como descentrada, múltipla e em processo permanente de construção e reconstrução. (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 61)

Opondo-se à ideia de identidade descentrada, a identidade vista como uma essência íntegra a perspectiva do multiculturalismo folclórico, pois, mesmo valorizando a pluralidade identitária, “irá visualizá-la como entidades estanques: ‘o negro’, ‘o índio’, ‘a mulher’, ‘o deficiente’ e assim por diante” (CANEN, 2007, p. 94).

Reconhecer que a sociedade é plural e múltipla é um passo importante para que o multiculturalismo, em uma perspectiva crítica, seja significativamente incorporado às práticas pedagógicas e aos currículos

escolares, favorecendo, dessa maneira, a construção de identidades pelos sujeitos envolvidos, assim como a análise do processo discursivo pelo qual é formada.

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2003) destaca que

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56)

Para contextualizar a citação acima, atendo-me, neste momento, ao preconceito em relação aos indígenas. Os discursos e as práticas tendem a homogeneizar essa cultura, não considerando a grande e a rica complexidade cultural existente entre as diversas nações indígenas, cada uma com sua linguagem, sua cultura, seus significados dentre outras marcas identitárias. Muitas vezes, cegos pela visão europeizada, tendemos a desconhecer as experiências dos diversos povos que construíram o nosso país. São os desconhecimentos das experiências relativas a modos de vida, de pensamento, do próprio ser e existir no mundo de outros povos, que nos fazem viver como se a nossa sociedade fosse monocultural. É necessário reconhecer as diferenças dentro das próprias diferenças, pois as identidades são plurais, não unas.

Canen (2007, p. 95) esclarece que o multiculturalismo crítico pós-moderno ou pós-colonial analisa criticamente os discursos que ‘fabricam’ essas identidades e essas diferenças, buscando interpretar a identidade como uma construção múltipla e plural.

Canen (2007) ressalta que

Desta maneira, a própria identidade é objeto de análise de multiculturalismo pós-moderno ou pós-colonial. A hibridização ou hibridismo é conceito central dessa perspectiva multicultural: a construção da identidade implica que as múltiplas camadas que a perfazem a tornem híbrida, isto é, formada na multiplicidade de marcas, construídas nos choques e entrechoques culturais. (CANEN, 2007, p. 95)

O Ministério da Educação (BRASIL, 1997), ao incluir os temas transversais, no que tange à pluralidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais, segundo Beatriz Gonçalves e Silva Petronilha (2011, p. 28), “reconhece, admite a diversidade como parte da identidade nacional, como marca da vida social brasileira”. Não se pode falar em homogeneização identitária em uma sociedade formada historicamente por identidades plurais. O que se pode e se deve falar diz respeito à necessidade de se

compreender e de se respeitar a grande diversidade em relação à etnia, padrões linguísticos, traços culturais, classe social, gênero e tantos outros marcadores identitários que têm sido silenciados através de discursos monoculturais e homogeneizadores.

Segundo Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire (2001, p. 16) foram comuns na França, Alemanha e Inglaterra, no final do século XIX, os “zoos” humanos, nos quais indivíduos “exóticos” misturados a animais selvagens eram mostrados, atrás de grades ou em recintos delimitados, a um público ávido de distração. Ao retratar esse momento histórico, ao falar sobre esses episódios, verificamos o quanto é imprescindível tratar a multiculturalidade como uma criação histórica que implica mobilização, decisão e, sobretudo, uma nova ética no trato e no respeito às diferenças.

No Brasil, durante anos, em um processo que se inicia nas escolas jesuítas e prossegue, mais adiante, nas escolas públicas, ocorreram tentativas constantes de imposição da cultura eurocêntrica aos povos indígenas e de apagamento da cultura autóctone. Segundo Lúcio Kreutz (1999, p. 90-1), no Rio Grande do Sul, as primeiras escolas públicas foram criadas para atender as crianças indígenas que, ao ingressarem, perdiam seus nomes próprios e recebiam um novo nome de origem portuguesa. Com o argumento cristão de salvar a todos, os colonizadores impunham, cada vez mais, a sua cultura aos povos dominados. Como se nota, a escola pública surge excludente, racista. Há ainda que se falar dos africanos escravizados, de seus filhos e descendentes a quem foi negada a possibilidade de aprender a ler. De acordo com Eliane Marta Teixeira Lopes (1985, p. 16 e 17), no Brasil, as relações de opressão vêm desde a constituição e exploração da colônia, submetida a processos educativos excludentes. O nosso país só se descobre multicultural quando os oprimidos (indígenas, negros e outros povos marginalizados pela sociedade) reagem.

Precisamos falar sobre a diversidade nos currículos e, principalmente, nas práticas pedagógicas. “Seria muito mais simples dizer que o substantivo diversidade significa variedade, diferença e multiplicidade”, porém é muito mais que isso, ele “atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais séria quanto mais complexa vão se tornando as sociedades” (GOMES, 2007, p. 19). É dessa forma que ofereceremos uma aprendizagem significativa aos diferentes sujeitos envolvidos e construiremos a verdadeira humanização do processo educativo, no qual todos se sintam representados e não excluídos. É totalmente contraditório pensar em uma uniformização de currículos e de estratégias para alunos com

diferentes histórias de vida, oriundos de diversificadas regiões. Torna-se imprescindível um docente preparado para lidar com esse alunado tão plural e tão rico de identidades e, sobretudo, sensível às questões opressoras, às injustiças, aos preconceitos, ao racismo, aos estereótipos e à discriminação.

### **3. *Multiculturalismo: Escola, Educação e Educador***

O multiculturalismo precisa superar a visão homogeneizadora que ignora abordagens plurais, que anula as identidades e que desconhece as diferenças dentro das próprias diferenças. Apenas dessa forma, será promovida uma educação comprometida com a diversidade cultural capaz de promover a formação dos sujeitos com base na tolerância, no respeito, na cidadania crítica e na valorização da pluralidade cultural. Torna-se imperioso questionar o modelo educacional que carrega a ideologia colonial, masculina, branca, heterossexual e ocidental, refletida nos currículos.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 96), “não poderemos abordar o multiculturalismo em educação simplesmente como uma questão de tolerância e respeito para com a diversidade cultural”, é muito mais que isso. Práticas atuais adotadas em muitas escolas como a redução do multiculturalismo à comemoração de datas especiais, como o “Dia da Consciência Negra” e o “Dia do Índio” têm sido alvo de muitas críticas. Esses tipos de abordagens contribuem para o silenciamento identitário de grupos historicamente marginalizados e excluídos, pois desconhecem o processo histórico, político e social que constroem os discursos preconceituosos e estereotipados.

A preocupação em abordar a diversidade cultural, combater as discriminações e promover a ética no ambiente escolar pode ser observada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) e lançados no ano de 1997, em sua primeira versão. Notamos a pluralidade cultural dentro de um documento à parte chamado de “Temas Transversais”, que “correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana” (BRASIL, 1997, p. 15). Os PCNs são referências para toda a comunidade escolar, pois visam possibilitar aos sujeitos envolvidos a autonomia moral e intelectual, sempre respeitando a diversidade e promovendo a aprendizagem. Na escola, diversificadas identidades entram em contato e é fato que a sala de aula é um ambiente onde a diversidade prevalece.

Para se entender o currículo escolar numa sociedade multicultural, é imprescindível compreender que o multiculturalismo é, antes de tudo, uma luta constante por reconhecimento e garantia de acesso a direitos fundamentais. Como nos lembra Candau (2008, p. 49), essa dimensão multicultural só foi incluída nos documentos oficiais da educação devido a uma negociação, na qual os movimentos sociais tiveram participação ativa e determinante. A autora (2008, p. 50) deixa claro que, se não ocorrer uma política educacional de valorização do magistério e de formação permanente dos(as) educadores(as), que atente para o tema da diversidade cultural, qualquer documento oficial em prol da valorização e do respeito à diversidade cultural pode se tornar meramente prescritivo e teórico.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nota-se a preocupação do Estado com as questões multiculturais, principalmente no Artigo 3º, que aborda

- [...] II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- [...] IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- [...] X – Valorização da experiência extraescolar;
- [...] XII – Consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 1996)

A LDBN/96 foi modificada pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.465/2008, que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, configurando-se como uma política de ação afirmativa no combate ao racismo, contribuindo para uma educação das relações étnico-raciais em busca do respeito e da valorização da diversidade. Zanim e Kaczmarek (2015, p. 3) ressaltam que temáticas relacionadas à contribuição do negro na constituição do país e da identidade brasileira e à histórica segregação da africanidade devem servir de amparo a um trabalho significativo, que não contemple apenas as misérias e as mazelas que, historicamente, afligiram ou afligem o segmento negro.

Kabengele Munanga (1999, p. 15) já afirmava que “somos produtos de uma educação eurocêntrica” e que podemos “reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”. O multiculturalismo democrático e os direitos étnico-raciais dentro de uma perspectiva inclusiva às diversidades relacionam-se a conquistas sociais no terreno dos direitos coletivos e identitários.

No contexto escolar, vivenciar o multiculturalismo tem sido um grande desafio. Há, notoriamente, uma grande preocupação e esforço para se trabalhar a diversidade cultural e, assim, construir e organizar a escola

a partir dessa diversidade, garantindo a representatividade dos sujeitos plúrais que a compõem. O ambiente escolar tem como desafio constante promover um ensino que ofereça condições de acesso e de permanência iguais a todos os seus sujeitos e que resulte em uma aprendizagem significativa e motivante.

Sendo assim, faz-se necessário, no contexto escolar, adotar práticas pedagógicas críticas, articulando o processo de ensino-aprendizagem a uma perspectiva do desafio a desigualdades e a preconceitos, de forma a questionar a construção histórica das diferenças e dos estereótipos, ultrapassando, dessa maneira, a visão de um multiculturalismo folclórico e exótico.

O tema é rico em desafios na busca de alternativas e práticas pedagógicas que permitam à escola promover uma real educação antirracista, na vertente do multiculturalismo crítico, sensibilizando a todos os sujeitos envolvidos e, assim, combatendo a violência simbólica que ainda atravessa as relações sociais. Antônio Flávio Barbosa Moreira (2021, p. 42) relata a extrema importância de a formação de professores ser pautada por exercícios conscientes da crítica e por uma postura humanística, pois, segundo o autor, “a escola como espaço de crítica cultural não pode prescindir de um professor preparado para organizá-la”, sendo necessário “transformar a formação docente em um espaço de crítica e autonomia, no qual se desenvolva o humanismo necessário à interioridade que precede a leitura de mundo” (MOREIRA, 2021, p. 42). Dessa forma, os professores devem estar preparados para oportunizar aos seus alunos possibilidades de analisar suas identidades étnicas, de “desmascararem” o mito da democracia racial, assim como os discursos e estereótipos racistas e discriminatórios tão arraigados em nosso cotidiano, assumindo uma postura ativista frente a real democracia, ao tomarem posições e ações efetivas na luta contra às desigualdades.

Moreira (2021, p. 46) pontua que a escola brasileira é vista permanentemente em crise, sendo marcada por cruéis processos de exclusão e de fracassos de estudantes dos grupos subalternos e marginalizados, que nada mais são do que o reflexo do vivido em uma sociedade permeada por metáforas preconceituosas nas quais “a cor preta é associada a algo ruim, sujo e negativo”, ao contrário da “cor branca associada a pureza, limpeza e leveza”. Frases, expressões e palavras, como “A coisa está preta”, “Ele é preto de alma branca”, “Serviço de preto”, “Denegrir”, entre outras palavras e expressões, são ainda proferidas, sem culpa, por muitas pessoas. A necessidade de conscientizar, de fazer os sujeitos refletirem sobre as suas

falas e práticas se faz urgente. Um dos principais objetivos de uma instituição escolar deve ser o de promover uma educação significativa, na perspectiva multicultural, contribuindo para a formação da consciência crítica para o real exercício da cidadania, combatendo a violência simbólica, assim como toda e qualquer forma de manifestação de preconceito e discriminação racial.

A docência exige o conhecimento, dentre outros, de que a sociedade brasileira se projeta como branca, tornando-se necessário desconstruir o mito da democracia racial ainda vigente em nossa sociedade. O convívio com diferentes culturas não deveria ser uma dificuldade em nosso país, visto que nossa pátria é formada por uma mistura de etnias, línguas e culturas. Petronilha (2011, p. 16) afirma que “a sociedade brasileira sempre foi multicultural, desde os 1500”, pois “esteve sempre formada por grupos étnico-raciais distintos” (PETRONILHA, 2011, p. 17). Ainda segundo a autora, “... não é raro que oriundos de grupos marginalizados pela sociedade, entre eles negros, qualifiquem pessoas de seus grupos de origem como preguiçosos, incompetentes, sem ambição” (PETRONILHA, 2011, p. 16). Esse fato nos leva ao mito da democracia racial, pois muitos marginalizados “revelam, eles, desconhecer ou, conveniência em ignorar, as estruturas e relações que mantêm as desigualdades sociais e étnico-raciais” (PETRONILHA, 2011, p. 16). Lamentavelmente, a visão e o discurso de que as reivindicações e os movimentos sociais não passaram de mera insatisfação dos descontentes ainda impera em pleno século XXI.

Pensar a escola como um espaço de debate, reflexão e diálogo é pensá-la como um ambiente multicultural, isto é, com identidades plurais. É necessário conhecer a escola e o meio em que está inserida para que se possa construí-la a partir da diversidade cultural em que se tenha uma verdadeira representatividade de sujeitos tão plurais. Zanin e Kaczmarek (2015, p. 4) relatam que “a educação constitui um dos principais mecanismos de transformação de pensamentos e posturas”, porém “a escola, como ela está posta, não tem conseguido acabar com a naturalização do preconceito e da desigualdade”, uma vez que “nossas propostas curriculares ainda possuem vestígios eurocêntricos”.

Sobre essa visão eurocêntrica, Leila Leite Hernandes (2005) ressalta que

[...] o conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contém equívocos, premissões e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do

conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. (HERNANDES, 2005, p. 17)

O docente cumprindo o seu papel, na vertente do multiculturalismo, deverá fomentar em suas aulas questionamentos sobre os preconceitos ainda vigentes em nossa sociedade, integrando a escola, a família e a comunidade em um ambiente participativo e interativo, em que se possa questionar e dialogar com diferentes vozes. É através dessa partilha de experiências, vivências e saberes, efetivada pelos diferentes sujeitos, que se concretiza a aprendizagem sobre a realidade social. Precisamos falar sobre o preconceito, jamais silenciar ou negar. Não podemos pensar em uma educação multicultural, sem pensar na formação docente.

Abrir espaço para a integração da diversidade cultural em contexto escolar tem sido um grande desafio. Moreira e Candau (2003, p. 161) destacam que “a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e as diferenças, por isso tende a silenciá-las e a neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e padronização”. De acordo com Moreira (2001, p. 70), o caráter homogeneizador da escola é justificado por meio de um “discurso de igualdade” que acaba por provocar exclusões e por reforçar desigualdades.

Ensinar e aprender dentro de uma sociedade multiétnica e pluricultural, obviamente, não é uma tarefa fácil, ao contrário, é algo bem complexo. Segundo Maria Aparecida da Silva Bento (2002, p. 48), “pessoas criadas numa sociedade racializada têm uma visão de mundo marcada por essa racialidade”. Vivemos em uma sociedade marcada pela igualdade nas perspectivas do Estado, como evidenciado no artigo 3º, parágrafo IV, da Constituição Federal, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 01), mas muito desigual na realidade. É por esse motivo que precisamos lutar contra esse projeto histórico de homogeneização e uniformização cultural pretendido pela elite dominante. Esse ávido anseio por uma sociedade branca e europeizada levou essa elite a tentativas constantes de negar e de silenciar a grande diversidade cultural existente em nosso país. Importante relembrar que, já no século XVIII, houve a proibição do uso público das línguas indígenas, esse fato corrobora a real necessidade de luta contra essa padronização pretendida por alguns segmentos da sociedade.

A escola, sobretudo a pública, exerce um papel importante na construção de uma educação voltada para o respeito à diversidade e para a luta contra os estereótipos e preconceitos, em suas variadas manifestações,

como parte fundamental para o desenvolvimento da formação da cidadania dos sujeitos envolvidos.

#### **4. Considerações finais**

Pode-se concluir que, para a educação multicultural ser significativamente promovida no ambiente escolar, é necessário repensar a prática docente, os currículos e o projeto político pedagógico da unidade escolar.

Segundo Peter McLaren (1997),

[...] o currículo representa muito mais do que o programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirma os sonhos, desejos e valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos, com frequência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero. (MCLAREN, 1997, p. 216)

É nítido que o currículo escolar não abarca apenas a transmissão de conhecimentos, visto que envolve os diferentes aspectos da cultura. Por isso, há necessidade da diversidade e da flexibilidade do currículo, pois, na maior parte das vezes, ele reflete a cultura dominante, tornando o ambiente escolar opressor aos estratos sociais mais baixos, marginalizando cada vez mais as minorias, reforçando uma visão unitária e não plural de sociedade.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine. *Le spectacle ordinaire des zoos humains: Le moind Diplomatique*, Paris, serie Maniere de Voir, n. 58, p. 16-17, août 2000. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1944>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

BENTO, Maria Aparecida da Silva Racialidade e produção do conhecimento. In: SEYFERTH *et al.* *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, Ação Educativa, ANPED, 2002. p. 45-52.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: \_\_\_\_; MOREIRA, A.F.B. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Educação escolar e cultura (s): Construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*, n. 23, p. 156-68, Rio de Janeiro, mai./jun./jul./ago., 2003.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. Comunicação&política, *Dossiê Educação e Desenvolvimento*, v. 25, n. 2, p. 91-107, 2007.

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Ângela M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*. n. 21, p. 61-169. Set/Out/Nov/Dez 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QF4wH5r85zzy9hkYKjFDNNB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GOMES, Nilma Lino *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo / organização do documento* Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 76-96, São Paulo, jul. 1999. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200003>. Acesso em 21 de abril de 2023.

LOPES, Eliana Marta Santos Teixeira. *Colonizador: colonizado: uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. *Revista Educar*, n. 17, p. 39-52, Curitiba: UFPR, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *Formação de professores e currículo: questões em debate*. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 29 (110), Jan-Mar 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802992> Acesso em 19 de dezembro de 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. In: \_\_\_\_ (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papyrus, 2001.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 1999.

PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, M.V.; SILVA, C.M.N. da; FERNANDES, A.B. *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Maria José Albuquerque; BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. *Diversa*, Ano I, n. 1, p. 51-66, Jan./Jun.2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

WERNECK, Vera Rudge. Uma avaliação sobre a relação multiculturalismo e educação. *Ensaio: aval. Pol. Publ. Educ.*, v. 16, n. 60, p. 413-36, Rio de Janeiro, jul./set. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000300006>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ZANIN, Flávia Ângela; KACZMAREK, Maria Dalla Vecchia. *Multiculturalismo, formação docente e o desafio da escola*: algumas perspectivas. Disponível em [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20305\\_10624.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20305_10624.pdf), 2015. Acesso em: 19 dez. 2021.